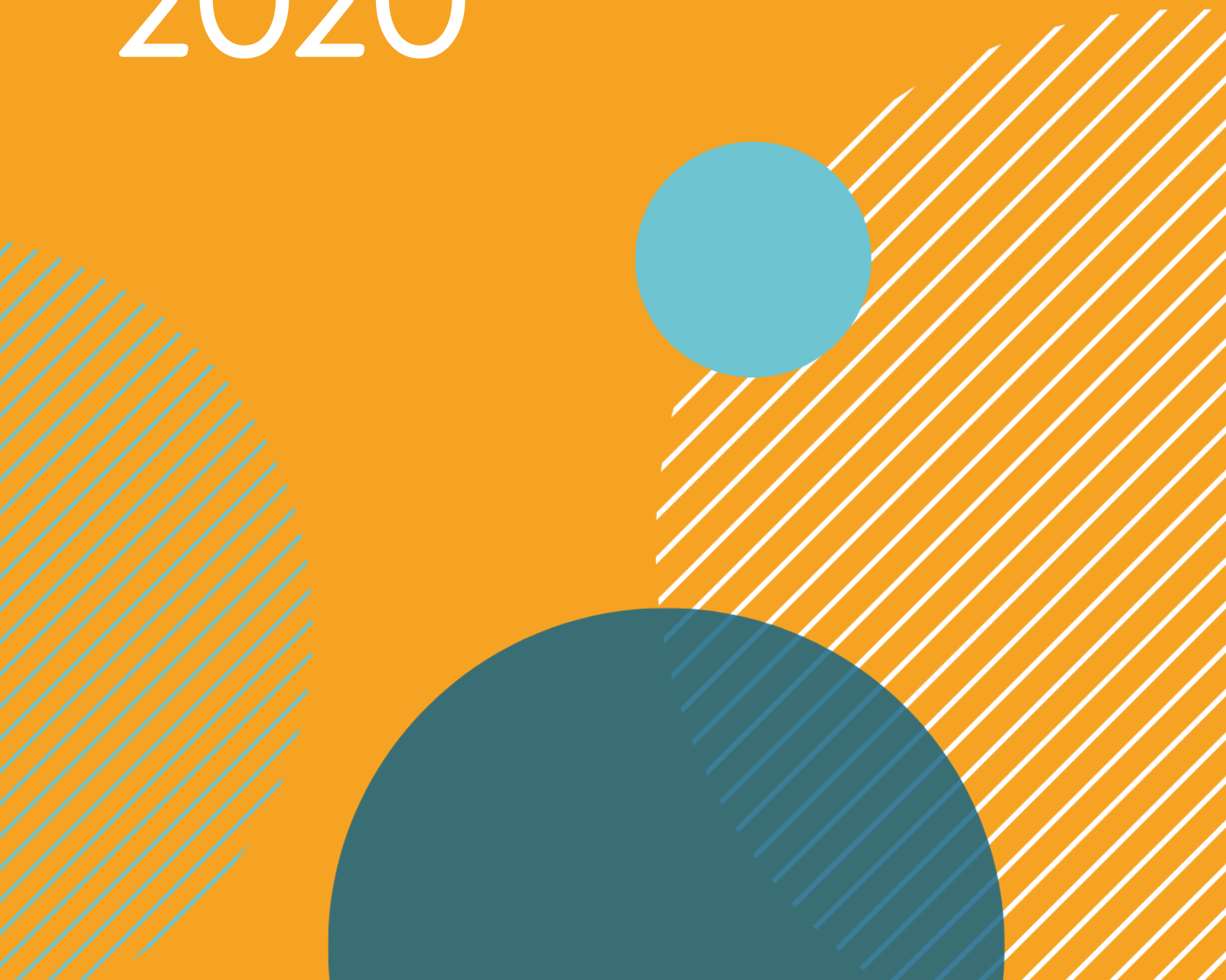


TransparênciaBrasil

RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
2020



SUMÁRIO

CARTA DOS DIRETORES	2
AÇÕES COVID-19	2
DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	2
CONTROLE DAS COMPRAS EMERGENCIAIS.....	2
AÇÕES CONTRA A OPACIDADE.....	2
ELEIÇÕES 2020	2
INFORMAÇÕES PARA ELEITORES.....	2
TRANSPARÊNCIA	2
FORTALECIMENTO DA LAI E DADOS INÉDITOS.....	2
ALGORITMOS E DIREITOS CIVIS.....	2
CONTROLE SOCIAL	2
TECNOLOGIA CÍVICA PARA O CONTROLE SOCIAL.....	2
REMUNERAÇÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA.....	2
FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS.....	2
INTEGRIDADE	2
REGULAÇÕES E PROJETOS DE LEI.....	2
ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	2
SOCIEDADE CIVIL.....	2
SETOR PÚBLICO.....	2
PROJEÇÃO	2
EVENTOS.....	2
PRESENÇA NA MÍDIA.....	2
REDES SOCIAIS.....	2
INSTITUCIONAL	2
QUEM SOMOS.....	2
FINANCEIRO.....	2
AGRADECIMENTOS	2
FINANCIADORES.....	2
PARCEIROS.....	2
ASSOCIADOS E DOADORES.....	2

CARTA DOS DIRETORES

É óbvio ululante dizer que o ano de 2020 foi desafiador. A associação da pandemia de covid-19 a um governo central disfuncional trouxe atribuições às mais variadas esferas, e não foi diferente para a Transparência Brasil. Nesse contexto intenso, é importante lembrarmos juntos nossas conquistas e compartilhar os aprendizados que elas renderam.

A essência de nosso trabalho – de revelar as falhas estruturais no Estado que desencadeiam corrupção e desperdício dos recursos públicos para que soluções possam ser apontadas – se manteve. E foi aplicada às necessidades do país durante a maior crise sanitária do mundo.

Barrar os retrocessos na transparência do governo federal, como fizemos com relativo sucesso em 2019, ficou mais difícil. Com o recuo se concretizando na forma de [omissão de dados e informações](#) sobre a pandemia pelo Ministério da Saúde, foram necessárias novas estratégias para pressionar pela transparência. Esse, cremos, é um aprendizado importante: reverter a opacidade é mais custoso do que preservar uma transparência existente.


Em dezembro, coordenamos a [campanha #FalaPazuello](#) nas redes sociais para cobrar a pasta por mais abertura. Mais de 14 milhões de pessoas foram alcançadas, com o

Aplicamos a essência de nosso trabalho às necessidades do país durante a maior crise sanitária do mundo

engajamento de influenciadores como [Felipe Neto](#) e perfis como [Quebrando o Tabu](#).

Apelamos ao âmbito internacional: junto a cinco organizações, [denunciamos](#) o governo brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) pela violação sistemática do direito de acesso à informação e transparência nas ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19 no país. O relator para o Brasil, Chile e Honduras, Joel Hernández García, recebeu a comunicação com preocupação.

Diante da flexibilização das regras para compras públicas no contexto da pandemia, usamos nossa expertise no [Tá de Pé Merenda](#) para oferecer ao público o [Tá de Pé Compras Emergenciais](#), uma ferramenta que permitiu diagnosticar e [mostrar ao grande](#)



[público](#) as falhas estruturais nas compras públicas emergenciais.

Ao mesmo tempo em que contribuímos nas questões imediatas da pandemia afeitas à nossa atuação, alcançamos bons resultados de médio e longo prazo. O lançamento do Tá de Pé Compras Emergenciais impulsionou uma aproximação com a Controladoria Geral da União na busca de solução para uma das principais fontes de corrupção e ineficiência. O diálogo busca viabilizar que o futuro portal nacional de compras públicas contenha uma padronização dos dados sobre bens a serem adquiridos por todos os entes federados, permitindo comparabilidade de fato e produzindo transparência efetiva.

Na área partidária, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) [atendeu ao requerimento](#) que apresentamos em parceria com o Transparência Partidária e determinou que os extratos bancários mensais de partidos políticos sejam disponibilizados on-line em tempo real. Uma importante vitória em uma área extremamente resistente à transparência.

Mesmo com as limitações impostas pelo funcionamento do Congresso Remoto (redução da transparência sobre a tramitação de projetos e a pauta de votações e suspensão das comissões), fomos capazes de incidir sobre propostas relevantes no campo do controle social e da integridade. Atestando a posição da Transparência Brasil como referência na área, fomos procurados por congressistas para apresentar contribuições ao PL que atualiza a Lei de Improbidade Administrativa e ao PL que regulamenta o FUNDEB.

Por fim, destacamos duas novas iniciativas da Transparência Brasil: uma completamente nova e outra que retoma, de certa forma,

projetos passados. O primeiro é o [projeto Transparência Algorítmica](#), que já nos coloca em posição de destaque no [debate público](#) sobre a necessidade de mais transparência no uso da inteligência artificial e/ou algoritmos na implementação de políticas públicas pelo Estado.

O segundo é o DadosJusBr, que busca dar mais transparência a dados de remunerações de agentes públicos do sistema de Justiça. Realizado em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande e o Instituto Federal de Alagoas, o projeto atende à necessidade de maior abertura de informações sobre o Judiciário e o Ministério Público, já abordada no projeto Meritíssimos.

Como mencionamos no início, a pandemia de covid-19 não alterou os fundamentos da atuação da Transparência Brasil. Ao evidenciar a importância da transparência e como ela impacta diretamente a vida das pessoas em algo tão premente quanto a vida ou a morte por um vírus, deu a nós mais motivos para seguir nesse caminho em 2021, sempre tentando aprimorar nosso trabalho para ter o maior impacto possível.

Manoel Galdino
Diretor executivo

Juliana Sakai
Diretora de operações



AÇÕES COVID-19

Atenta desde o início ao consenso entre médicos e pesquisadores sobre a importância de se praticar o distanciamento social para prevenir o contágio pelo novo coronavírus, a equipe da Transparência Brasil adotou o trabalho remoto com antecedência, já no início de março. A transição para o modelo foi suave, pois a equipe já fazia uso de ferramentas compartilhadas de gestão de tempo e projetos, além de reuniões on-line, regularmente.

Como não poderia ser diferente, a pandemia de covid-19 pautou parte do trabalho da Transparência Brasil ao longo de 2020. Em consonância com nossa trajetória de atuação, buscamos organizar e disseminar informações públicas a respeito da emergência em saúde pública, além de oferecer ferramentas para facilitar o controle social. Também nos dedicamos, por meio de parcerias e ações conjuntas, a combater retrocessos na transparência.

DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

Em abril, divulgamos [um levantamento](#) sobre as origens e a destinação das verbas destinadas a conter a pandemia e seus efeitos. Os dados, que não estavam consolidados de forma acessível em sites oficiais, foram usados em uma [reportagem da revista piauí](#) sobre os impactos dos remanejamentos de recursos na educação pública.

Outro [relatório](#) publicado em junho também se debruçou sobre os gastos federais com a pandemia, olhando especificamente as ações para povos indígenas. A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas da Câmara dos Deputados, incorporou os dados – que apontaram a lentidão na execução orçamentária e a predominância da distribuição de cestas básicas entre as ações – em seu monitoramento das ações do governo federal no controle da pandemia entre povos indígenas.



CONTROLE DAS COMPRAS EMERGENCIAIS

Em um momento no qual as regras para compras públicas foram flexibilizadas e o risco de ineficiência e irregularidades aumentou, oferecemos ao público o [Tá de Pé Compras Emergenciais](#): uma plataforma em que cidadãos e cidadãs podem verificar licitações para compra de itens essenciais no combate à covid-19 e comparar preços pagos por municípios. A ferramenta foi desenvolvida a partir do código do Tá de Pé Merenda e rendeu quase 10 mil visualizações.

Com base nas informações, produzimos um relatório que mostrou mais de R\$ 300 milhões gastos pelas prefeituras em compras emergenciais sem licitação e com diversas falhas na prestação de contas. O relatório pautou a imprensa, rendendo uma [reportagem especial da RBS TV](#) que obteve imagens de negociações irregulares por um dos fornecedores indicados e levou a Prefeitura de Parobé a publicar uma explicação sobre irregularidades na compra de testes do novo coronavírus.

Em parceria com outras organizações, publicamos o [Guia de Fiscalização Cidadã](#), um manual em linguagem simples que aponta para o público geral os caminhos para verificar licitações e compras emergenciais.

Ao mesmo tempo, apresentamos ao [governo federal](#) e a [órgãos de controle](#) recomendações para melhorias na transparência e controle de despesas relacionadas à pandemia.

Revelamos falhas na prestação de contas de R\$ 300 milhões em compras emergenciais no RS

TÁ DE PÉ | COMPRAS EMERGENCIAIS beta

Um projeto TransparênciaBrasil

COMO ESTÃO AS COMPRAS PARA O COMBATE AO COVID EM SUA CIDADE?

Nesta plataforma, desenvolvida pela **Transparência Brasil**, é possível acompanhar dados oficiais de licitações e contratos de combate ao COVID-19.

Busque por compras, itens ou municípios

Disponível por enquanto apenas para o Rio Grande do Sul. [Saiba mais](#)



AÇÕES CONTRA A OPACIDADE

O período foi marcado pela inconsistência e pela falta de informações sobre a disseminação da covid-19 no país e sobre as ações do governo federal em relação à crise sanitária. A Transparência Brasil liderou e participou de ações conjuntas contra essa opacidade.

Duas delas alcançaram grande repercussão e influenciaram decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que reverteram os retrocessos.

Em março, juntamo-nos a 67 organizações da sociedade civil em [nota pública](#) contra a Medida Provisória (MP) 928/2020. O texto suspendia os prazos de atendimento a pedidos de informação determinados pela Lei de Acesso a Informações (LAI) sem possibilidade de recurso, sob a justificativa dos efeitos da pandemia sobre a tramitação das demandas. O STF cancelou a validade - primeiro liminarmente, depois em definitivo, por unanimidade - da MP.

A carta aberta "[A opacidade custa vidas](#)", por sua vez, foi instrumento de pressão contra a retirada do portal oficial de dados sobre casos e mortes por covid-19 no Brasil em junho. Novamente, o STF decidiu em favor da transparência e determinou a restauração do site.

O evento que tradicionalmente realizamos para marcar o aniversário da entrada em vigor da Lei de Acesso a Informações, em maio, teve como mote justamente os desafios para a transparência no contexto da pandemia. Publicamos ainda um [artigo na mídia](#) sobre os problemas que se apresentavam na área - um deles, o uso da pandemia como justificativa genérica para negativas de atendimento a pedidos pelo Executivo federal, diagnosticado em um relatório editado pela Transparência Brasil.

Por meio de pressão pública, revertemos retrocessos na transparência sobre a pandemia

Já em dezembro, produzimos por meio do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas uma [nota técnica](#) com os principais problemas de transparência do Ministério da Saúde (da desatualização de dados à falta de entrevistas coletivas) e apresentamos aos órgãos de controle e à imprensa.

Com base no material, realizamos em parceria com a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e a Purpose a campanha nas redes sociais #FalaPazuello, para alertar a sociedade sobre os efeitos negativos práticos da opacidade. O ponto alto da ação, que durou uma semana, foi um “tuitaço”.

O vídeo de abertura da campanha teve mais de 80 mil visualizações e as postagens alcançaram mais de 14 milhões de pessoas. Foram 1.363 menções à hashtag e 2007 tuítes e retuítes positivos.

Além de pessoas e organizações ligadas ao campo da transparência, mídias, jornalistas, políticos, influenciadores e perfis ligados a outras temáticas se engajaram na ação. Destaque para o influenciador Felipe Neto, o perfil Quebrando o Tabu e a jornalista Sônia Bridi.

Após a divulgação da nota técnica e a campanha nas redes sociais, alguns dados sobre insumos (testes, Equipamentos de Proteção Individual) foram atualizados em sites do governo federal.

Mônica Bergamo

monica.bergamo@grupofolha.com.br



CORONAVÍRUS · JORNALISMO · MÍDIA

Nota técnica faz recomendações ao governo por mais transparência em dados da Covid-19



Felipe Neto
@felipeneto

Enquanto a vacina não chega e a pandemia segue, precisamos proteger a população.

Cadê os boletins atualizados? E os dados sobre testes por raça, gênero e etnia?

O @minsaude continua sem explicar a falta de transparência nos dados da COVID

#FalaPazuello



1:04 PM · 17 de dez de 2020 · Twitter Web App

160 Retweets · 14 Tweets de comentário · 3,5 mil Curtidas



ELEIÇÕES

2020

Com o período eleitoral, a demanda por informações qualificadas sobre candidaturas e sobre o processo em si aumenta. Levando em consideração a visão da Transparência Brasil de ser a principal referência no fortalecimento da transparência, controle social e integridade do poder público, por meio de informações qualificadas, não poderíamos deixar de contribuir.

Em paralelo à produção vinculada a projetos e às ações relacionadas à pandemia de covid-19, oferecemos ao público conteúdos para auxiliar no processo de escolha de representantes no nível municipal.

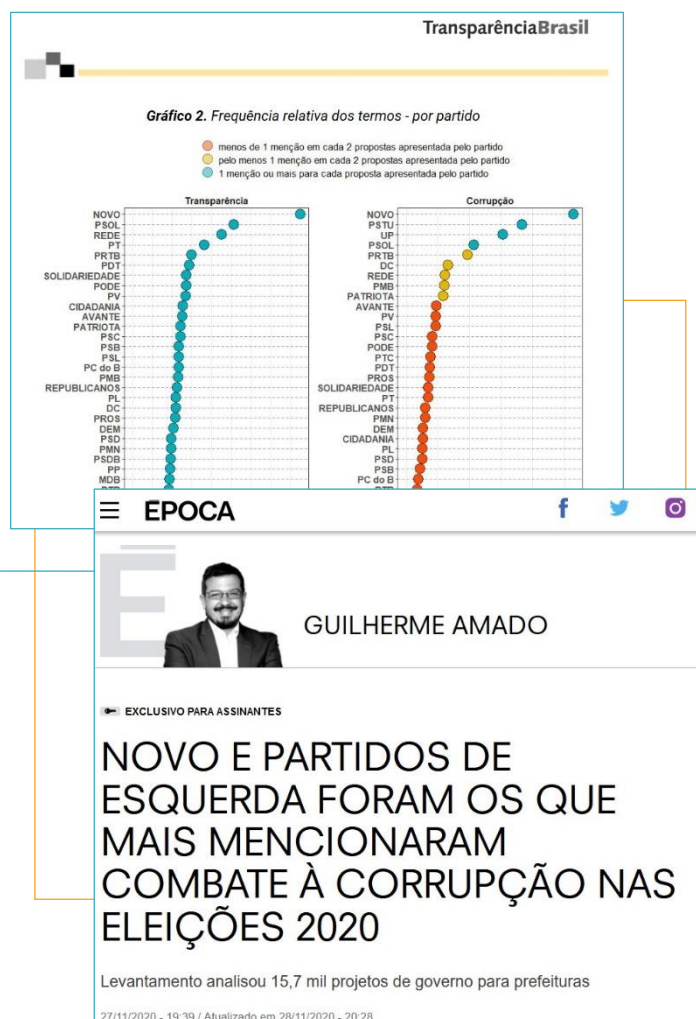
INFORMAÇÕES PARA ELEITORES

Nas eleições municipais, publicamos uma lista com pontos essenciais para avaliar se as candidaturas ao executivo municipal estavam comprometidas com a transparência e o controle social.

Colaboramos com a criação do [Manual Grande Pequena Imprensa Eleições Municipais 2020](#), que reúne informações qualificadas do panorama municipal brasileiro para a cobertura da imprensa. Pela primeira vez, a Transparência Brasil participou do projeto, contribuindo com informações sobre a legislação que trata da transparência no país e ferramentas para o controle social da gestão pública municipal.

Ainda antes das eleições, realizamos uma análise sobre como a transparência, o combate à corrupção e o controle social são tratados em mais de 15 mil propostas eleitorais de todo o Brasil. [O material](#) revelou que, apesar de muitos documentos conterem os termos, poucos apresentavam ao mesmo tempo outras palavras-chave ligadas à integridade no setor público – ou seja, apenas algumas propostas tinham uma agenda estruturada para essa área.

Enquanto boa parte dos olhares se voltava à disputa no Executivo, mostramos como as Câmaras Municipais das três maiores regiões metropolitanas do país ainda [deixam muito a desejar em termos de transparência](#).





TRANSPARÊNCIA

Buscamos promover um dos valores da atuação da Transparência Brasil para além do contexto da emergência em saúde pública que esteve presente ao longo de todo o ano.

A continuidade do projeto Achados e Pedidos gerou impactos significativos: a reativação de uma coalizão em defesa da Lei de Acesso a Informações Públicas; a criação de um monitoramento de bases de dados abertos na área socioambiental; a divulgação de dados inéditos sobre a gestão socioambiental federal.

Um novo projeto, por sua vez, reiterou o pioneirismo pelo qual prezamos: o Transparência Algorítmica levantou a questão do acesso a informações sobre o uso de inteligência artificial pelo Estado.

FORTALECIMENTO DA LAI E DADOS INÉDITOS

Além das já mencionadas ações relacionadas à opacidade sobre dados e informações da covid-19, realizamos outras ações na área de transparência pública.

Como parte do projeto Achados e Pedidos - desenvolvido em parceria com a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e financiamento da Fundação Ford -, reativamos o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas. A coalizão de mais de 20 organizações da sociedade civil e pesquisadores facilitou e ampliou a articulação em torno de questões-chave, como os recuos em transparência relacionados à pandemia já mencionados.

O Achados e Pedidos revelou também a queda na qualidade das respostas a pedidos de informação pelo Executivo federal, por meio de uma análise inédita de dados da Controladoria-Geral da União (CGU). [O levantamento](#) foi publicado na Folha de S.Paulo e repercutiu em outros meios, além de ter sido apresentado à própria CGU.

O nível estadual também foi objeto de acompanhamento do projeto: [um relatório](#) mostrou que mais de um terço dos principais órgãos estaduais descumpra a Lei de Acesso.

Revelamos informações inéditas sobre a gestão socioambiental do Executivo federal

O projeto Achados e Pedidos investiu na obtenção e difusão de informações da área socioambiental.

Por meio de parceria com a agência de notícias Fiquem Sabendo, produzimos um monitoramento de bases de dados abertos do governo federal na área socioambiental. Revelamos também dados inéditos sobre a presença de militares em cargos de chefia em órgãos federais de gestão socioambiental. As informações chegaram a mais de 4 mil pessoas, por meio da newsletter da agência.

Obtivemos, via Lei de Acesso, as conclusões da Marinha em relação às ações de contenção do derramamento de óleo na costa do Nordeste brasileiro – informação [reproduzida pelo jornal O Globo](#).



Painel
painel@grupofolha.com.br

Justificativa de pedidos genéricos para negar Lei de Acesso atinge recorde com Bolsonaro

No semestre, foram 1.116 acessos negados por pedido genérico, o que representa 20% das recusas

1º ago. 2020 às 23h15



O GLOBO SOCIEDADE

Governo gastou R\$ 187 milhões para tentar conter vazamento de óleo na costa do país, mas não conseguiu identificar culpados

Segundo relatório final da Marinha, quase 17 mil servidores foram envolvidos no combate ao desastre e pelo menos 112 animais morreram oleados

ALGORITMOS E DIREITOS CIVIS

Por meio do Transparência Algorítmica, projeto que teve início em julho, trouxemos à luz informações sobre o uso de algoritmos e inteligência artificial (IA) pelo poder público, contribuindo para qualificar o debate sobre seus impactos nos direitos civis. A iniciativa é financiada pelo International Center of Not-for-Profit Law (ICNL) e desenvolvida em parceria com a Northwestern University, que realiza um trabalho semelhante nos Estados Unidos

Elaboramos um catálogo reunindo diversos casos de uso de algoritmos de inteligência artificial pelo governo federal, a ser divulgado em 2021. As informações foram reunidas a partir de pedidos de acesso à informação e de um questionário enviado a 319 órgãos da administração pública direta e indireta por meio de parceria com a Controladoria Geral da União (CGU), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Centro de Estudos sobre Tecnologias Web (Ceweb.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

Com o apoio de 11 organizações da sociedade civil atuantes em diferentes áreas - de direitos do consumidor à igualdade racial -, analisamos os impactos negativos a direitos na utilização de tais tecnologias. Elaboramos, ainda, uma estrutura de avaliação de riscos a direitos e de transparência no uso de algoritmos de inteligência artificial no setor público.

Levamos a discussão sobre a necessidade de transparência sobre o uso de IA pelo setor público a 4 eventos ao longo do ano: Semana de Inovação 2020, webinar “LGPD em movimento: temas chave de implementação”, 28º Inovando com o Governo e a roda de conversa [“Transparência algorítmica e uso de inteligência artificial pelo poder público”](#) durante o Dezembro Transparente, semana dedicada a eventos e debates sobre transparência e combate à corrupção. Cerca de 25 mil pessoas participaram das atividades, no total.

**LGPD EM MOVIMENTO:
TEMAS CHAVE DE IMPLEMENTAÇÃO**

**LGPD E DECISÕES
AUTOMATIZADAS**

DIA 03.12 10H ÀS 12H

Observatório
por DataPrivacy

Juliana Sakai (Diretora de operações
Transparência Brasil)
Vanessa Butalla (DPO Serasa Experian)
Enrico Roberto (Doutorando FDUSP)

Moderadores:
Bruno Bioni (Data Privacy Brasil)
Pedro Martins (Data Privacy Brasil)





CONTROLE SOCIAL

Oferecer à sociedade civil (organizada ou não) condições para exercer seu direito a fiscalizar as ações do poder público é um dos focos de nossa atuação.

Em 2020, direcionamos energia para oferecer tecnologias cívicas que facilitam o controle social: lançamos o Tá de Pé Merenda e estamos finalizando uma plataforma que organiza e detalha remunerações no sistema de Justiça.

Também usando a tecnologia, colaboramos de perto com órgãos de controle para aprimorar a fiscalização sobre fundações partidárias, uma das grandes áreas de sombra do sistema político-partidário brasileiro.

TECNOLOGIA CÍVICA PARA O CONTROLE SOCIAL

Em julho, lançamos o [Tá de Pé - Merenda](#), portal com informações de compras da alimentação escolar nos municípios gaúchos. A plataforma, desenvolvida com financiamento da Tinker Foundation, reúne dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e da Receita Federal.

Informações que só estariam disponíveis para pessoas capazes de manejar grandes bases de dados passaram a ficar acessíveis a todos. Cidadãos e organizações dedicadas ao controle social podem fazer buscas e comparar preços de itens licitados, além de verificar os dados dos fornecedores, de forma intuitiva.

A ferramenta foi construída com código aberto, garantindo maior transparência em seu funcionamento e permitindo a sua replicação para outros usos - como por exemplo o Tá de Pé Compras Emergenciais, já mencionado anteriormente, que reúne dados oficiais de licitações e contratos de combate a Covid-19 nos municípios gaúchos.



O Tá de Pé - Merenda tornou milhares de dados sobre compras de merenda acessíveis para todos em uma plataforma simples e fácil de usar.

Através das plataformas do Tá de Pé, a Transparência Brasil estimulou Tribunais de Contas a se tornarem mais transparentes: o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro passou a permitir que os dados sobre compras sejam baixados em seu portal, além de incluir informações referentes às licitações dos municípios fluminenses.

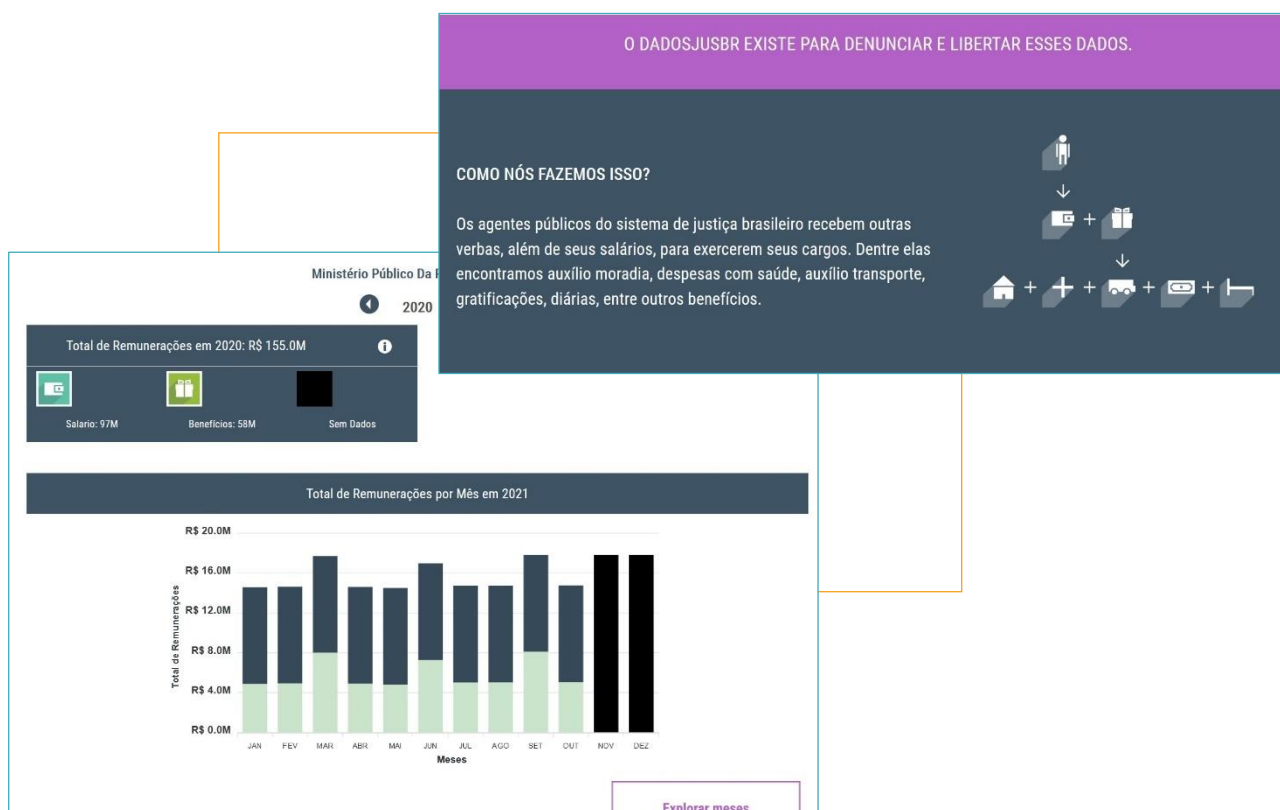
O projeto também ensejou aproximação com a Controladoria Geral da União para viabilizar a padronização de dados sobre bens a serem adquiridos por todos os entes federados no futuro portal nacional de compras públicas. Desta forma, haverá comparabilidade de fato entre itens e transparência efetiva.

REMUNERAÇÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA

Trabalhamos no desenvolvimento da plataforma (a ser lançada em 2021) DadosJusBr, cujo objetivo é promover o acesso mais democrático e fácil aos dados de remuneração no sistema de Justiça brasileiro, promovendo o controle social sobre os gastos do poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Parceria entre a Transparência Brasil junto com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e o Instituto Federal de Alagoas (IFAL), a iniciativa atende à necessidade de maior abertura dessas informações, questão que já abordamos anteriormente no projeto Meritíssimos.

O DadosJusBr utiliza a inteligência de dados para mostrar como cada juiz, promotor e desembargador são remunerados, quais auxílios recebem, quais os valores destes auxílios, quanto além do salário um funcionário recebe em determinado mês e quanto cada órgão gastou em determinado mês.



FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS

Em julho de 2020, a Transparência Brasil, em parceria com o Transparência Partidária, firmou um Acordo de Cooperação junto ao Ministério Público do Distrito Federal para análise das prestações de contas do ano de 2019 das Fundações Partidárias sediadas no Distrito Federal.

As fundações partidárias são instituições que promovem a educação política em conformidade com as diretrizes ideológicas e culturais dos partidos que as mantêm. A fonte de financiamento dessas fundações são as transferências de até 20% da quota de fundo partidário recebidos anualmente pelos partidos. As oito entidades com sede no DF receberam, somadas, aproximadamente R\$ 58 milhões do fundo partidário em 2019.

A fase de processamento dos dados foi concluída e a análise do gasto desse dinheiro vem sendo feita considerando as informações contidas nas rubricas de despesas dos livros-diário de 2019 dessas instituições. Dados como o CNPJ dos fornecedores, os gastos com salários e pessoal contratado e a descrição e a finalidade de uso dos bens e serviços adquiridos vem sendo analisado e cruzados com a base de CNPJs da Receita Federal. A partir daí é possível investigar informações como o quadro societário, a atividade exercida pela empresa que prestou o serviço à fundação e a sua localização.

O mapeamento e análise das despesas realizados pela Transparência Brasil serão usados pelo Ministério Público do Distrito Federal para identificar possíveis irregularidades e embasar ações na Justiça Eleitoral para responsabilização.

Nas reuniões junto ao órgão, aproveitamos para sugerir melhorias na entrega da prestação de contas por parte das fundações, visando a padronização e a simplificação de seu processamento para análise.

***Informações e análises
que produzimos serão
usadas pelo Ministério
Público para identificar
irregularidades em
Fundações Partidárias.***



INTEGRIDADE

Sem integridade nas instituições, não há sucesso possível na prevenção da corrupção e da ineficiência no setor público. Por isso, a Transparência Brasil atua para a adoção e melhoria de mecanismos que incentivem e preservem a integridade.

Em 2020, apresentamos contribuições a projetos de lei críticos para a transparência e o controle social, além de incentivar a regulamentação da Lei de Acesso a Informação no nível municipal – um dos menos aderentes à legislação.

REGULAÇÕES E PROJETOS DE LEI

Como usual, a Transparência Brasil buscou – e foi procurada para – contribuir na elaboração e adoção de normativos e legislações que assegurem a integridade no setor público.

Em 2020, incidimos sobre as contas de partidos políticos, a regulamentação da Lei de Acesso a Informação em nível municipal e em projetos de lei críticos que tramitam no Congresso Nacional.

Em maio – mês de aniversário da Lei de Acesso a Informação –, lançamos a campanha [Regulamenta LAI](#), com o objetivo de ampliar a regulamentação da Lei de Acesso a Informações nos municípios.

Em parceria com o ITS-Rio, foi desenvolvida como parte das atividades do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas. Envolve um site em que cidadãos usam um *chatbot* para elaborar projetos de lei de iniciativa popular que visam a regulamentar a LAI.

O projeto é montado a partir de um texto modelo produzido pelo Fórum, que reúne as melhores práticas necessárias para a implementação plena da LAI, adaptadas à realidade de cidades médias e pequenas.

Até dezembro de 2020, foram gerados cerca de 15 projetos de lei. Após a produção do texto, a equipe do ITS-Rio dá suporte ao cidadão ou organização que usou a ferramenta para promover a mobilização necessária à apresentação e aprovação do projeto.

Com o Transparência Partidária, conseguimos que o TSE determinasse a publicação on-line de extratos bancários de partidos em tempo real.

Em outubro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atendeu a pedido da Transparência Brasil e do Transparência Partidária e [determinou](#) que os extratos bancários de partidos políticos devem ser publicados na internet em tempo real.

A nova obrigatoriedade confere mais transparência e, com isso, impõe maior responsabilidade aos partidos políticos na aplicação de seus recursos, além de romper uma tradição de opacidade sobre o uso de dinheiro do Fundo Partidário.

A convite do relator do então projeto de lei para regulamentação do novo Fundeb, deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES), apresentamos contribuições ao texto para aperfeiçoar a transparência e o controle sobre a aplicação dos recursos do Fundo.

Também apresentamos contribuições ao PL que atualiza a Lei de Improbidade Administrativa.



ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Certos objetivos são mais fáceis de serem alcançados por meio da ação conjunta e da presença nos espaços de participação social.

Mantivemos nossa atuação em redes relevantes da sociedade civil e passamos a fazer parte de uma terceira, além de promover ações por meio do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, como já mencionado. No âmbito do Estado, continuamos a compor conselhos como representantes da sociedade civil.

Buscamos aperfeiçoar, nesses fóruns, as discussões sobre transparência e integridade e levar ao Estado demandas de outras organizações nas áreas em que atuamos. Ao mesmo tempo, aprendemos sobre outras ações e conseguimos fazer avançar pautas que nos são caras.

SOCIEDADE CIVIL

Atuamos em três redes da sociedade civil cujas ações estão conectadas aos nossos valores.

COALIZÃO DIREITOS NA REDE

A CDR é composta por mais de 40 organizações que buscam assegurar mecanismos democráticos de governança na Internet brasileira. A Transparência Brasil ingressou em agosto de 2020.

Por meio dela, foi possível estabelecer parcerias e colaborações ao projeto Transparência Algorítmica. Contribuímos em ações da coalizão, como a apresentação de pedidos de informação sobre o uso de tecnologias de vigilância em segurança pública durante as Eleições 2020.

REDE DE ADVOCACY COLABORATIVO (RAC)

A Transparência Brasil é membro desde 2019. A frente conjunta de 33 organizações tem como objetivo conectar interesses coletivos e difusos da sociedade civil com o parlamento brasileiro.

Atuamos no eixo de transparência e integridade, liderando discussões do grupo sobre o projeto de lei que resultou na nova Lei de Licitações, aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro.

PACTO PELA DEMOCRACIA

Composto por mais de 150 organizações, o grupo promove ações e campanhas em defesa de princípios democráticos. A Transparência Brasil o compõe desde 2019.

Dentre as atividades realizadas em 2020 e das quais participamos, destacam-se uma carta aberta enviada ao STF e ao Congresso em abril, expressando preocupações com a possibilidade de suspensão do prazo de tramitação das Medidas Provisórias (MPs) no período de calamidade pública ocasionada pela pandemia de covid-19, e a campanha #QueremosDebate, uma carta às emissoras de TV solicitando o reagendamento dos debates entre candidatos no 1º turno das Eleições 2020.

SETOR PÚBLICO

Estivemos envolvidos em quatro conselhos e comitês no setor público, nos níveis federal e local.

CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO

Aproveitamos a participação no Conselho, que funciona no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU), para levar diretamente questionamentos sobre recuos na transparência pública.

Apresentamos ainda sugestões a respeito de minutas de decretos e regulamentos federais relacionados à transparência e ao combate à corrupção.

COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS ABERTOS

Até que uma nova regulamentação da INDA seja aprovada, continuamos como membro do Comitê Gestor.

As atividades em 2020 aconteceram apenas nos dois últimos meses. Foi discutido o plano de ação para o próximo biênio e levamos questões sobre a participação social no processo de elaboração do plano, obtendo a garantia de que seria ampla.

GRUPO DE TRABALHO DA OGP

A Transparência Brasil compõe, com outras organizações, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para elaboração do 5º Plano de Ação brasileiro na Open Government Partnership (OGP).

Em 2020, foi definido o calendário 2021 das etapas de criação do documento: consultas públicas para definição de temas e desafios na área de governo aberto; oficinas de discussão e detalhamento dos desafios e definição de metas.

CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SP

Neste fórum do governo estadual paulista, apresentamos demandas específicas de transparência e abertura de dados relacionados ao combate à pandemia no estado, que no geral foram atendidas.

Foram discutidas, ainda, as implicações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sua regulamentação estadual sobre o acesso a informações públicas.



PROJEÇÃO

A Transparência Brasil se manteve relevante na esfera pública. Participamos de eventos e audiências públicas, além de termos realizado alguns deles – todos on-line, em função da pandemia.

Nossa presença na mídia também continuou significativa. A repercussão de ações e de produções como relatórios e sites dividiu espaço com a participação em produções jornalísticas como fonte qualificada na área de transparência, controle social e integridade.

EVENTOS

Estivemos em mais de 30 eventos ao longo de 2020, entre audiências públicas, *lives*, webinars e reuniões com autoridades em âmbito nacional e internacional.

Organizamos, ainda, 5 eventos. Destacam-se o lançamento do Tá de Pé Merenda, a mesa redonda "[Uso de algoritmos de inteligência artificial pelo setor público e uma agenda de maior transparência](#)" realizada na Semana de Inovação e o Dezembro Transparente – semana dedicada a eventos e debates sobre transparência e combate à corrupção realizada em parceria com o Instituto Não Aceito Corrupção e a Transparência Internacional.

Em parceria com a Open Knowledge Brasil, organizamos o [Prêmio Claudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados](#), que teve sua segunda edição em 2020.

A Transparência Brasil é uma das organizadoras da ICIC (Information Commissioners International Conference). O evento seria realizado em 2020 em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), mas foi adiado para 2021 por conta da pandemia.



PRESENÇA NA MÍDIA

249
MENÇÕES

115 EM MEIOS ON-LINE
10 EM PROGRAMAS DE TV

R\$ 3,3
MILHÕES

MONTANTE APROXIMADO
CORRESPONDENTE AO TEMPO
DE EXPOSIÇÃO EM TV, EM
TERMOS PUBLICITÁRIOS

Entre as menções em meios de comunicação on-line, 64% foram em veículos com alcance nacional, 35% em veículos regionais e 1% internacional. Os temas mais abordados nas reportagens em que a Transparência Brasil é citada foram o combate à corrupção, informações sobre o Poder Executivo (Federal, Estadual ou Municipal) e Lei de Acesso a Informação.

Na TV em rede nacional, destaque para as três participações no Jornal Nacional (TV Globo): uma [entrevista no início do ano](#) a respeito da Medida Provisória 928/2020, que suspendia a aplicação de trechos da Lei de Acesso a Informação; outra sobre o [remanejamento de verbas do Bolsa Família](#) para publicidade; e a [divulgação da nota técnica](#) sobre a opacidade do Ministério da Saúde em dezembro. Houve ainda uma entrevista sobre a operação Lava Jato exibida no [Jornal Hoje](#).

A plataforma Tá de Pé Compras Emergenciais repercutiu extensamente na RBS TV, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul. Foram duas reportagens que somam pouco mais de 10 minutos de exibição sobre a ferramenta.

Em uma delas, a partir de informações do relatório divulgado pela Transparência Brasil em novembro, a equipe de reportagem flagrou vendedores oferecendo propina na venda de remédios sem eficácia contra a COVID-19 às prefeituras gaúchas.

Na outra, veiculada em dezembro, o espectador foi estimulado a acessar a plataforma através de um [QR Code exibido na tela](#). Neste dia o número de acessos ao Tá de Pé Compras Emergenciais aumentou sete vezes em relação ao mesmo dia na semana anterior.



REDES SOCIAIS



3,9 MIL
SEGUIDORES

CRESCIMENTO DE 146% EM
RELAÇÃO A 2020



51 MIL
PESSOAS
ALCANÇADAS

MÉDIA DE 416 PERFIS
ALCANÇADOS POR POST



22 MIL
SEGUIDORES

RELEVÂNCIA AMPLIADA COM
VERIFICAÇÃO DA CONTA EM
SETEMBRO



INSTITUCIONAL

A Transparência Brasil continua a trilhar o caminho da sustentabilidade financeira, destinando esforços na captação de recursos e diversificação de fontes. Ao mesmo tempo, buscamos soluções para racionalizar despesas com ferramentas digitais, obtendo descontos e gratuidades destinados a organizações sem fins lucrativos.

Em 2020, a equipe foi ampliada de acordo com as demandas dos projetos novos e em continuação. De 7 pessoas ao final de 2019, passamos a 13 ao final de 2020. Com a adoção do trabalho remoto, foi possível conferir diversidade geográfica à composição executiva.

QUEM SOMOS

EQUIPE

Manoel Galdino | Diretor executivo
Juliana Sakai | Diretora de operações
Marina Atoji | Gerente de projetos
Tamara Burg | Coordenadora de projeto
Jonas Coelho | Cientista de dados
Raul Durlo | Cientista de dados
Bianca Berti | Analista de transparência e integridade
Lorena Cardoso | Analista de administração e finanças
Matheus Dantas | Estagiário de comunicação
Diego Almeida | Estagiário em desenvolvimento de software
Joeberth Souza | Estagiário em desenvolvimento de software
Samara Sampaio | Estagiária em desenvolvimento de software
Thyago Pereira da Silva | Estagiário em desenvolvimento de software

Bianca Mondo | Gerente de projetos (até julho/2020)
Jessica Voigt | Cientista de dados (até julho/2020)
Thiago Teixeira | Analista de transparência e comunicação (até março/2020)

CONSELHO DELIBERATIVO

Eduardo Capobianco | Presidente
Kavita Miadaira Hamza | Vice-presidente
Augusto Miranda
Bruna Santos
Francisco Soares Masculo
Guilherme Alpendre
Marcela Cristina Arruda Nunes
Marcelo Kalil Issa
Maria Goretti Dal Bosco
Raymundo Magliano Filho
Rubens Naves

CONSELHO FISCAL

Fábio Moraes da Costa
Henrique Gonçalves de Freitas
Paula Miadaira

FINANCEIRO

RECEITAS

Doação (Tinker Foundation)	R\$ 563.517,57
Doação (Ford Foundation)	R\$ 194.740,01
Doação (ICNL)	R\$ 51.171,40
Doação (Facebook)	R\$ 19.032,54
Doação (FMCSV)	R\$ 16.600,00
Doação (Instituto Betty & Jacob Lafer)	R\$ 10.000,00
Doação (Abril Comunicações S/A)	R\$ 6.140,86
Doação (pessoas físicas)	R\$ 26.861,96
Gestão de fundos	R\$ 14.134,08
Rendimentos financeiros	R\$ 7.993,91
TOTAL	R\$ 910.192,33

Superávit em 2020:
R\$ 44.833,09

DESPESAS

Pessoal	R\$ 635.345,46
Custos indiretos	R\$ 119.348,64
Parceiros e fornecedores	R\$ 100.230,16
Auditoria	R\$ 7.430,00
Comunicação	R\$ 3.004,98
TOTAL	R\$ 865.359,24

SALDO EM CAIXA

31/12/2019	R\$ 454.445,22
31/12/2020	R\$ 518.110,73



AGRADECIMENTOS

Aos financiadores, parceiros e doadores – novos e de longa data – registramos nosso caloroso agradecimento. Redundante, mas necessário dizer que, sem eles, nenhuma das ações e conquistas expostas neste relatório seria possível.

FINANCIADORES

FACEBOOK



FORD
FOUNDATION



FUNDAÇÃO
Maria Cecília
Souto Vidigal



PARCEIROS

Artigo 19

Associação Brasileira de
Jornalismo Investigativo
(Abraji)

Associação dos Membros dos
Tribunais de Contas do Brasil
(ATRICON)

Atados

Casinha 161

Centro de Estudos sobre
Tecnologias Web (Ceweb.br)

Coalizão Direitos na Rede

Conectas Direitos Humanos

Confederação Nacional dos
Municípios (CNM)

Controladoria-Geral da União
(CGU)

Controladoria-Geral da União
em São Paulo

Dado Capital

Defensoria Pública do Estado
de São Paulo

Fiquem Sabendo

Frente Parlamentar Mista em
Defesa dos Povos Indígenas

Fundação Getúlio Vargas
(FGV-SP)

Instituto de Governo Aberto
(IGA)

Instituto Brasileiro de Defesa
do Consumidor (IDEC)

Instituto de Defesa do Direito
de Defesa (IDDD)

Instituto Democracia e
Sociedade (IDS)

Instituto de Estudos da
Religião (ISER)

Instituto Federal de Alagoas
(IFAL)

Instituto Igarapé

Instituto de Tecnologia e
Sociedade (ITS-Rio)

Instituto Socioambiental (ISA)

Laboratório Analytics da
Universidade Federal de
Campina Grande

Mapa Educação

Minas Programam

Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovação

Ministério Público Federal

Movimento Mulheres Negras
Decidem

Movimento Transparência
Partidária

Núcleo de Informação e
Coordenação do Ponto BR
(NIC.br)

Observatório Social de Porto
Alegre

Observatório Social do Brasil
e rede de 21 Observatórios
Sociais

Open Knowledge Brasil

Pacto pela Democracia

Pandô APPs

ponteAponte

PretaLab

Projeto Liberdade

Pulso Público

Purpose

Rede de Advocacy
Colaborativo (RAC)

Rede pela Transparência e
Participação Social (RETPS)

Studio Cubo

Take

TERA

To Be Defined

Tribunal de Contas da União
(TCU)

Tribunal de Contas do Rio
Grande do Sul (TCE-RS)

Andréa Gozetto

Carla Fátima Pereira da Silva

Flavio Pucci

Nazareno Andrade

Rubens Kuhn

Tomás Bueno

ASSOCIADOS E DOADORES

Abril Comunicações S/A

Aldo Batista Silveira

Alexandre Alves Da Silva

Alzira F. Oliveira

Christianne de Carvalho Stroppa

Daniel Aguiar Espinola

Denise Dalmarco

Fernanda Evelin Soares Camarço

Fernando Antonio Simões Filho

Giovani Meneghel

Henriette Krutman

Humberto A. de la Serna

Jacque D. Pereira Jr.

Jaime Lasevitz

José D. P. Silverio

Jussara B. Lauer

Luiz Andre Costa

Marcelo Beraba

Marcos Tadeu Nolasco da Silva

Maria do Carmo de Mattos Tambellini Feijo

Marina El Tayar

Mateus Antunes Braga

Milton José Zenatti Roman Ross

Robson Mancini

TransparênciaBrasil

www.transparencia.org.br

contato@transparencia.org.br
+55 11 3259.6986

R. Professor João Marinho, 161
Paraíso – São Paulo-SP
04007-010

 [brasil.transparencia](https://www.facebook.com/brasil.transparencia)

 [trbrasil](https://twitter.com/trbrasil)

 [transparenciabrazil](https://www.instagram.com/transparenciabrazil)